



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° _____/20__

CONTRATADA:

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, sociedade de economia mista, com sede na na Rua Melvin Jones, n° 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n° 05.939.467/0001-15, neste ato representada por **JAMES DA SILVA SERRADOR**, em conjunto com **ELIZÂNGELA DE SOUZA RODRIGUES**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, com endereço à _____, representada por _____, CPF n° _____, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, em consequência do resultado da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sob o n° ____/20__, cujo Termo de Homologação foi publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima, em ____/____/20, edição n° _____, pág. n° _____, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços, que será regido pela Lei Federal n° 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, Lei Complementar n° 123/2006 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber a Lei Federal n° 10.520/2002, e pelas disposições fixadas no Edital e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui o objeto deste **CONTRATO** a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE TAMPAS DE FERRO FUNDIDO PARA ESGOTOS**, nas quantidades e valores contidas na Ata do Rito Procedimental Similar ao da modalidade Pregão n° ____/20 e na Proposta da CONTRATADA.

1.2. Integram este Contrato, para todos os fins de direito, independente de transcrição, os seguintes documentos: o Edital do Rito Procedimental Similar ao da modalidade Pregão n° ____/20 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, a Ata de Julgamento e Adjudicação do

objeto e o Termo de Homologação do Processo nº ____/20.

1.3. Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da CONTRATADA e as expressas neste Contrato, prevalecerão as deste último.

CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

2.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: **43010.17122010.001.000/202/001**.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$____ (____)**, conforme Proposta da CONTRATADA.

3.2. A CAER pagará à CONTRATADA pelo objeto mencionado na cláusula primeira deste contrato, efetivamente entregue, os valores unitários constantes na Proposta da CONTRATADA.

3.3. No preço global mencionado no subitem 3.1, bem como nos valores unitários mencionados no subitem 3.2, estão incluídas todas as despesas com fretes – CIF da localidade de entrega do(s) material(is) e/ou equipamento(s), carga e descarga, seguros, impostos, taxas, encargos, know-how, montagem, instalação, despesas diretas e indiretas e os custos diretos e indiretos, requeridos para o fornecimento do(s) material(is) e/ou equipamento(s), inclusive os decorrentes de troca deste(s), dentro do prazo de garantia, e, verificação de funcionamento dos equipamentos, tudo de acordo com as especificações, demais documentos da licitação e a Proposta da CONTRATADA.

3.4. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) serviço(s) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA

4.1. O prazo de entrega do objeto é de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da assinatura deste Contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

4.2. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura deste Contrato, não podendo ser prorrogado.

4.3. Os materiais confeccionados deverão ser entregue no almoxarifado da CAER, situado na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, Boa Vista - Roraima-RR, no horário das 07h30 às 13h:30, conforme solicitação da CAER através da Emissão de AFOS (Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço).

4.4. O **recebimento provisório** dos serviços se dará na data da entrega deles, ou seja, dentro do prazo estabelecido item anterior, contados para efeito de posterior verificação da conformidade do produto, com as especificações constantes no Termo de Referência e no proposta vencedora.

4.5. O **recebimento definitivo** dos serviços, será finalizado em até 06 (seis) dias, contados do recebimento provisório mencionado no subitem anterior, após a avaliação de conformidade dos mesmos com o instrumento contratual e proposta vencedora.

4.6. Não serão aceitos serviços entregues em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, onde eles serão imediatamente recusados, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante.

4.7. Caso o prazo definido no item anterior não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregue, sendo aplicadas às penalidades previstas no contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1. Os equipamentos deverão apresentar garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme dada pela fabricante e indicado na especificação de cada item, devendo contar o prazo da data da entrega.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, conforme agência e conta corrente indicada pela contratada, que deverá conter o detalhamento do objeto executado.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;

6.3. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER.

6.5. Por se tratar de serviços que incluem mão de obra, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

6.5.1 Realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, específica da seguinte forma:

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários e encargos, quando devidos.
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias e encargos, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS.

Parágrafo primeiro - Valores provisionados, somente serão liberados para o pagamento das verbas, nas seguintes condições:

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido.
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato.
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato.
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

Parágrafo segundo - O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

6.5.2. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

6.5.3. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

6.5.4. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere. Pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E REVISÃO

7.1. O reajuste de preços, desde que requerido em tempo hábil, pela CONTRATADA, será efetuado na periodicidade anual, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta, tendo como base a variação do IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses que é divulgado pelo IBGE.

7.2. Ocorrendo revisão contratual antes da data do reajustamento, o prazo para reajuste contratual será contado a partir da referida revisão.

7.3. Serão objeto de preclusão os reajustes de preços que não forem solicitados até a data de aniversário anual da assinatura do contrato em relação ao período anterior, bem como estão preclusos todas as revisões e os reajustes não solicitados anteriormente.

7.4. Quaisquer reajustamento de preços que porventura venham ocorrer somente poderão ser concedidos depois de transcorridos **12 (doze) meses** da data da concessão do último reajuste.

7.5. A CONTRATADA, em tempo hábil, mediante justificativa fundamentada, deverá pleitear o aludido reajuste à CAER.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

8.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

Parágrafo único - As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

8.2. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

8.3. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

8.4. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

Parágrafo único - A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

8.5. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

8.5.1. nas licitações em geral:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo infração contratual apenada apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

Parágrafo segundo - No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

Parágrafo terceiro - A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

Parágrafo quarto - Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

Parágrafo quinto - Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

8.6. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

8.7. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

Parágrafo primeiro - Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

Parágrafo segundo - O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

Parágrafo terceiro - Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

Parágrafo quarto - A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

8.8. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA NONA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

CLÁUSULA DÉCIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

10.2. A CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização do serviço, facultando-lhes o livre acesso às suas fábricas, depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CAER.

10.3. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

10.4. A fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste Contrato.

10.5. A unidade requisitante da contratação, juntamente com os nomeados através de portaria para gestão e fiscalização do contrato, realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo fotográficos - caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

11.1. A contratada tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do contrato, durante todo o período de execução contratual.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para conferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação.

11.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais.

11.4. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do contrato deverá notificar a contratada para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, ambos desta Companhia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CAER

12.1. Permitir o acesso dos empregados da firma vencedora às dependências da CAER, para a entrega do equipamento.

12.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa.

12.3. Comunicar a empresa contratada qualquer irregularidade com relação ao equipamento por esta entregue, através de notificação.

12.4. Solicitar as substituições dos equipamentos que apresentem defeito de fabricação ou não estejam de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

12.5. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) (sempre por intermédio do empregado designado para este fim).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. Seguir os normativos vigentes que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com sua natureza, observando as Normas da ABNT, CONAMA, ANVISA e SEMA que regulamentam procedimentos a serem executados no escopo do contrato.

13.2. Fornecer o produto confeccionado dentro do prazo previsto.

13.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CAER.

13.4. Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CAER, quando esse tenha sido ocasionado por seus funcionários durante a entrega do produto.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

13.5. Substituir no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, caso o material esteja em desacordo com o estipulado neste Termo de Referência.

13.6. Comunicar ao almoxarifado da CAER qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos produtos confeccionados e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

13.7. As despesas decorrentes desse item e seus sub itens serão da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a subcontratação total ou parcial deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

15.1. É vedada a Cessão e a Transferência total ou parcial deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Este Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos termos dos artigos 203 a 210 do RILC da CAER.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOCUMENTOS ANTERIORES

17.1. O presente Contrato, o Edital e seus Anexos, serão os únicos instrumentos legais e reguladores da execução do objeto ora contratado, substituindo, de consequência, toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre a CAER e a CONTRATADA e que, direta ou indiretamente, contrarie as disposições dele constantes. As despesas de registro deste Contrato e de suas eventuais alterações correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. A modificação do valor contratual, por acordo entre as partes, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observará, quanto aos acréscimos e supressões, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado deste contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

19.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER, não se considerando nenhuma outra forma como prova de entrega.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais, o valor global de R\$ _____ (_____).

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR
Diretor-Presidente

ELIZÂNGELA DE SOUSA RODRIGUES
Diretora de Engenharia e Gestão Ambiental

PELA CONTRATADA:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

REPRESENTANTE DA EMPRESA CONTRATADA

RG nº

CPF nº

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF: _____